

Capitalismo global

Jeffry A. Frieden

Capitalismo global

História econômica e política do século XX

Tradução:

Vivian Mannheimer

Revisão técnica:

Arthur Ituassu

Professor de relações internacionais na PUC-Rio



ZAHAR

Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Título original:
Global Capitalism
(*Its Fall and Rise in the Twentieth Century*)

Tradução autorizada da primeira edição norte-americana,
publicada em 2006 por W.W. Norton & Company, Inc.,
de Nova York, EUA

Copyright © 2006, Jeffrey Frieden

Copyright da edição brasileira © 2008:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa: Sérgio Campante
Ilustração da capa:

(entra ficha catalográfica)

Sumário

Apresentação de Paul Kennedy 11

Prefácio 20

Introdução: Rumo ao século XX 30

Do mercantilismo ao livre comércio 40

Da prata ao ouro 50

Ameaças à ordem global 60

I. Os melhores últimos anos da Era de Ouro, 1896-1914 70

1. *Capitalismo global triunfante* 80

O fortalecimento do padrão ouro 90

Especialização e crescimento 100

Globalismo e os descontentes 110

2. *Defensores da economia global* 120

Apoio intelectual à Era de Ouro 130

Nathan Mayer Rothschild, 1840-1915 140

Os partidários do livre comércio 150

Adeptos dos pilares dourados 160

Redes globais para uma economia global 180

Migração internacional de indivíduos e capital	190
Globalização	200

3. *Histórias de sucesso da Era de Ouro* 210

A Grã-Bretanha fica para trás	220
Novas tecnologias e o novo industrialismo	230
Protegendo as jovens indústrias	240
Áreas de colonização recente	250
Crescimento nos trópicos	260
Heckscher e Ohlin interpretam a Era de Ouro	270

4. *Desenvolvimentos fracassados* 280

Rei Leopoldo e o Congo	290
Colonialismo e subdesenvolvimento	300
Má gestão e subdesenvolvimento	310
Estagnação na Ásia	320
Estagnação nas plantações intensivas	330
Obstáculos ao desenvolvimento	340

5. *Problemas da economia global* 350

Comércio livre ou comércio justo?	360
Vencedores e perdedores do comércio	370
A prata ameaça o ouro	380
Trabalho e ordem clássica	390
Era dourada manchada?	400

II. **Tudo se desmorona, 1914-1939** 410

6. *“Tudo o que é sólido se desmancha no ar...”* 420

As conseqüências econômicas da Grande Guerra	430
Reconstrução da Europa	440
A extraordinária década de 1920	450
Isolamento dos Estados Unidos	460

Um mundo reconstruído? 470

Em direção ao vazio 480

7. O mundo de amanhã 490

As novas indústrias 500

As novas corporações 510

As novas empresas multinacionais 520

Mecanização no campo 530

As novas sociedades 540

Avanços e recuos 550

8. O colapso da ordem estabelecida 560

O fim do *boom* 570

Ouro e crise 580

Das trevas 590

Abaixo o antigo... 600

9. Em direção à autarquia 610

Auto-suficiência semi-industrial 620

Schacht e os nazistas reconstroem a Alemanha 630

Políticas econômicas autárquicas 640

A Europa se volta para a direita 650

Socialismo em um só país 660

O desenvolvimento se volta para dentro 670

A alternativa autárquica 680

10. A construção da socialdemocracia 690

Socialdemocracia na Suécia e nos Estados Unidos 700

Keynes e a socialdemocracia 710

Trabalho, capital e socialdemocracia 720

Socialdemocracia e cooperação internacional 730

Das cinzas 740

III. Juntos novamente, 1939-1973 750

11. A reconstrução do Oriente e do Ocidente 760

- Os Estados Unidos à frente 770
- A tarefa urgente 780
- Dean Acheson, presente na criação 790
- Os Estados Unidos e a reconstrução da Europa 800
- A União Soviética forma um bloco 810
- Dois argumentos 820

12. O sistema de Bretton Woods em ação 830

- A aceleração do crescimento pós-guerra 840
- Jean Monnet e os Estados Unidos da Europa 850
- Bretton Woods e o comércio 860
- A ordem monetária de Bretton Woods 870
- Bretton Woods e os investimentos internacionais 880
- Bretton Woods e o Estado do bem-estar social 890
- O sucesso de Bretton Woods 900

13. Descolonização e desenvolvimento 910

- Industrialização por substituição de importações 920
- A corrida para a independência 930
- ISI, teoria e prática 940
- Nehru e a industrialização da Índia 950
- O Terceiro Mundo adota a ISI 960
- A proliferação moderna da indústria 970

14. Socialismo em muitos países 980

- A expansão do mundo socialista 990
- A divisão do mundo socialista 1000
- O caminho chinês 1010
- Socialismo no Terceiro Mundo 1020
- Um futuro socialista? 1030

- 15. *O fim de Bretton Woods*** 1040
- O compromisso se desfaz 1050
 - Desafios ao comércio e aos investimentos 1060
 - A crise na substituição de importações 1070
 - A estagnação do socialismo 1080
 - O fim de uma era 1090
- IV. *Globalização, 1973-2000*** 1100
- 16. *Crise e mudança*** 1110
- O choque do petróleo e outros choques 1120
 - O contrachoque de Volcker 1130
 - Globalismo 1140
 - Regionalismo e globalismo 1150
 - Crises financeiras globais e nacionais 1150
- 17. *A vitória dos globalizantes*** 1160
- Novas tecnologias, novas idéias 1170
 - Interesses globalizantes 1180
 - George Soros cria mercados 1190
 - Comércio sem barreiras 1200
- 18. *Os que correram atrás*** 1210
- Produção global e especialização nacional 1220
 - Crescimento via exportações nos extremos da
Europa e da Ásia 1230
 - O Leste Asiático e da América Latina seguem o exemplo 1240
 - O sociólogo marxista assume o poder 1250
 - A Europa oriental se une à ocidental 1260
 - A nova divisão internacional do trabalho 1270
- 19. *Os que ficaram para trás*** 1280
- A decepção causada pela transição e reformas 1290
 - Desastres do desenvolvimento 1300

A jornada da Zâmbia	1310
A catástrofe africana	1320
Calamidade, privação e desespero	1330

20. *Capitalismo global em apuros* 1340

Fragilidade financeira e a trindade perversa	1350
“As três palavras mais temidas”	1360
Mercados globais: desgovernados ou indesejados?	1370

Conclusão 1380

Notas	1390
Comentários sobre dados e fontes	1400
Referências bibliográficas	1410
Agradecimentos	1420
Índice remissivo	1430

capítulo 17

A vitória dos globalizantes

Em meados de 1997, a Malásia enfrentou a crise econômica mais séria de sua história, e o primeiro-ministro Mahathir bin Mohamad acusou os financistas internacionais. Em 24 de julho, Mahathir os culpou amargamente: “Qualquer um com alguns bilhões de dólares é capaz de destruir todo o progresso que fizemos.” O problema era um comprometimento indevido com a globalização, que deixava os mercados de câmbio aptos a atacarem o valor da moeda do país – o ringgit. Sobre isso, o primeiro-ministro afirmou:

Eles nos dizem que devemos nos abrir, que os negócios e o comércio devem ser totalmente livres. Livres para quem? Para os especuladores trapaceiros. Para os anarquistas que, em sua cruzada pelas sociedades abertas, querem destruir os países fracos e forçar nossa submissão à ditadura dos manipuladores internacionais.¹

Os problemas começaram quando a moeda da Tailândia se tornou objeto de pressões especulativas. Em 2 de julho, depois de várias medidas desesperadas, as autoridades tailandesas desvalorizaram a moeda. Em poucos dias, Filipinas, Malásia, Cingapura e Indonésia se viram diante de ataques às suas moedas; e, finalmente, Vietnã, Hong Kong, Taiwan e Coréia se juntaram à lista das vítimas. Em setembro de 1997, quando o Banco Mundial e o FMI realizaram sua reunião anual, em Hong Kong, todo o Leste e Sudeste Asiáticos tinham sido engolidos por uma crise econômico-financeira que ameaçava décadas de desenvolvimento econômico.

Mahathir levou seu caso a uma reunião do FMI e do Banco Mundial: “A sociedade precisa ser defendida desses exploradores inescrupulosos”, disse às delegações e aos financistas. “Estou di-

zendo que as transações de câmbio são desnecessárias, improdutivas e imorais. Deveriam ser impedidas. Deveriam ser decretadas ilegais.” O país que ele liderava desde 1981 havia alcançado avanços econômicos consideráveis naquele período. O tamanho da economia triplicou; o produto por pessoa dobrou. Essas conquistas estavam sob o ataque dos “grandes administradores de fundos que agora passaram a decidir quem deve ou não prosperar”.²

A raiz da questão, segundo Mahathir, era a submissão dos países em desenvolvimento aos caprichos dos mercados globais. Ele reclamou:

Durante todo o tempo tentamos nos adequar aos desejos dos ricos e dos poderosos ... Fizemos tudo o que mandavam. Mas quando os grandes fundos usaram seu enorme peso para fazer com que as ações flutuassem à vontade, e para gerar lucros gigantescos com tais manipulações, seria esperar demais que os recebêssemos de braços abertos, em especial quando seus lucros geram perdas enormes para nós.

A abertura financeira foi longe demais e serviu somente a um propósito: “Os operadores nas mesas de câmbio ficaram ricos, muito ricos, riquíssimos, empobrecendo ainda mais os outros.”³

O primeiro-ministro Mahathir deu nomes aos impessoais mercados internacionais que tentavam arruinar a economia que ele administrava. Acusou a imoralidade de George Soros, um dos financistas de maior destaque. “A população carente desses países vai sofrer”, afirmou Mahathir, “e são esses pobres que deviam ser protegidos por George Soros, que tem tanto dinheiro e poder, mas é completamente imprudente.”⁴ Por meses, Mahathir atacou Soros e outros “ultra-ricos”, cuja “riqueza só poderia vir do empobrecimento alheio, da usurpação do que os outros tinham para o seu próprio enriquecimento”.⁵

O alvo dos ataques do primeiro-ministro da Malásia respondeu às acusações no dia seguinte: “A sugestão de ontem do Dr. Mahathir de banir as operações de câmbio”, disse o especulador Soros, “é tão imprópria que não merece nem ser levada em consideração. Interferir na convertibilidade dos capitais em um momento como esse é a receita do desastre. O Dr. Mahathir é uma ameaça ao seu próprio país.”⁶ Soros falou em nome do capital global:

Não pode haver dúvidas de que a integração global trouxe benefícios extraordinários. Não somente os benefícios da divisão internacional do trabalho, que são tão claramente provados pela teoria da vantagem comparativa, mas também outros como a economia de escala e a rápida difusão de inovações de um país para outro ... Igualmente importantes são os ganhos não-econômicos, como a liberdade de escolha associada ao movimento internacional de mercadorias, capitais, pessoas e a liberdade de pensamento associada ao movimento internacional das idéias.⁷

Soros, no entanto, era apenas um administrador de fundos de investimentos, enquanto Mahathir era chefe de Estado e uma liderança proeminente do Movimento dos Não-Alinhados do Terceiro Mundo. Durante o ano seguinte, Mahathir tomou o rumo do nacionalismo. Em setembro de 1998, demitiu o ministro das finanças, vice-primeiro-ministro e sucessor Anwar Ibrahim, em função de seu apoio à integração financeira. Mahathir impôs controles cambiais e de movimentação de capitais sobre a economia do país e continuou dirigindo seus ataques aos financistas internacionais. Acusou Anwar de uma estranha série de práticas de corrupção e comportamento homossexual, e o desafortunado foi condenado um mês depois.

Em outros tempos, as farpas trocadas por Mahathir e Soros, e a retórica nacionalista do primeiro-ministro, podiam ser o presságio de medidas duradouras que afastassem a economia dos mercados globais. Contudo, em poucos anos o episódio já havia sido esquecido por todos. Depois de uma recessão severa, a economia da Malásia começou a crescer novamente. Apesar dos controles monetários e de capitais, o país continuou dependendo fortemente da economia internacional. Mahathir foi realmente cuidadoso, a fim de evitar que o capitalismo global condenasse de forma generalizada o país. “Queremos adotar uma posição sem fronteiras”, ele disse, e “sempre demos boas-vindas aos investimentos estrangeiros, incluindo a especulação.” O problema é que “precisamos nos proteger dos trapaceiros que só visam a si mesmos e do bandidismo internacional”.⁸ Apesar da veemência do nacionalismo econômico de Mahathir, ele nunca questionou realmente o objetivo da abertura econômica. Apesar do grande choque sofrido pelos mercados internacionais no Leste Asiático e da onda de crises que esses choques causaram, o avanço da integração econômica quase não foi afetado. Como e por que os mercados internacionais superaram sua associação com “os trapaceiros que só visam a si mesmos” e com as crises devastadoras para serem aceitos por praticamente todos os governos do planeta?

Novas tecnologias, novas idéias

As impressionantes mudanças técnicas do fim do século XX fortaleceram os que apoiavam a integração econômica mundial. Inovações nos transportes e nas telecomunicações diminuíram os custos das trocas internacionais. Superpetroleiros e contêineres baratearam o despacho de cargas por via marítima, e bens, cujos custos de travessia do Pacífico ou do Atlântico eram proibitivos, tornaram-se cargas comuns. O preço de embarque de uma tonelada de carga caiu até 75% ao longo do século, e a melhoria dos sistemas de refrigeração

e de transporte aéreo permitiu aos produtores viabilizar economicamente a travessia oceânica de framboesas e rosas. A partir de 1970, com a adoção do jumbo – avião a jato capaz de carregar mais de 400 pessoas – e a conseqüente desregulamentação das rotas aéreas, o ato de voar deixou de ser considerado um luxo e virou despesa comum para muitos do mundo industrializado; o custo real das passagens aéreas caiu 90% de 1930 até 2000. Satélites e cabos de fibra ótica reduziram os custos das comunicações de longa distância a uma fração dos anteriores. Em 1920, um trabalhador médio norte-americano teria que trabalhar três semanas para pagar por uma chamada telefônica de Nova York a Londres; em 1970, a mesma chamada custava oito horas de trabalho, e em 2000, cerca de quinze minutos. A internet ofereceu a centenas de milhões de usuários de computador acesso instantâneo a informações do mundo inteiro. Telefones celulares e outros dispositivos sem fio tornaram possível o contato constante entre colegas de trabalho, familiares e amigos.

Os avanços mais impressionantes do último quarto do século XX ocorreram na microeletrônica. Em 1950, produtores e consumidores se maravilhavam com o transistor, componente menor que um selo de postagem que substituiu as antigas válvulas na base do funcionamento dos aparelhos elétricos. Rádios transistorizados, televisores e equipamentos industriais passaram a encerrar, em invólucros mínimos, potências antes inimagináveis. E tudo isso não foi nada se comparado ao microchip, uma camada de silício na qual transistores e outros componentes eram dispostos na forma de circuitos integrados, inventados no fim da década de 1960. Em meados da década de 1970, uns poucos milímetros quadrados podiam empregar dois mil transistores, viabilizando a produção de máquinas calculadoras portáteis com mais capacidade do que a armazenada nos computadores a válvula da década de 1940, que ocupavam uma sala inteira. No fim do século, cada microchip já suportava mais de um bilhão de transistores e um computador pessoal de mil dólares era mais potente que qualquer equipamento disponível para as grandes empresas e governos na década de 1970 – a cerca de um centésimo do preço.⁹ A miniaturização viabilizou telefones celulares, computadores portáteis e aparelhos de comunicação, entre outras poderosas máquinas de pequeno porte.

A computação e as telecomunicações modernas favoreceram a integração econômica internacional, pois reduziram os custos das transações comerciais e dos investimentos e também os custos de monitoração dos interesses estrangeiros. Além disso, alguns dos elementos mais importantes do setor de alta tecnologia eram intangíveis – softwares e programação, por exemplo –, e seria tecnicamente difícil impedir transações internacionais que os envolvessem. Finalmente, a indústria de alta tecnologia veio a requerer um grande volume de pesquisa e desenvolvimento, entre outras demandas relacionadas, indicando

que a rentabilidade passaria a depender de produção ou distribuição em larga escala, o que tipicamente só era alcançado por meio dos mercados globais.

As novas invenções causaram um impacto globalizante ainda mais poderoso nas finanças. O poder dos computadores e o barateamento das telecomunicações tornaram mais fácil e veloz a movimentação de recursos ao redor do globo e mais difícil para os governos controlar esses fluxos. As telecomunicações modernas agilizaram o acesso aos mercados externos, permitindo um crescimento astronômico das transações financeiras internacionais. No fim do século, o volume diário de operações em moeda estrangeira era de US\$1,5 trilhão; muitas dessas operações eram puramente especulativas, provocando a ira de críticos, como o primeiro-ministro Mahathir, e levando a críticas como a da autora britânica Susan Strange, que escreveu sobre o “capitalismo de cassino”.¹⁰ O enorme aumento das transações, em geral, era um aspecto da expansão mundial das finanças internacionais. Os banqueiros e investidores internacionais faziam amplo uso das novas tecnologias, o que ajudava a entrelaçar os mercados financeiros globais. As transações financeiras além das fronteiras e transoceânicas ficaram tão fáceis quanto as operações domésticas.

Por um lado, esses avanços não alteraram de maneira fundamental as condições do comércio e dos investimentos internacionais praticadas desde o início do século XX. Grosso modo, o telégrafo havia possibilitado uma comunicação quase instantânea entre os mercados, e os transportes terrestres e marítimos contavam com aproximadamente a mesma velocidade em 1900 e 2000. Entretanto, os custos de transportes e de telecomunicações caíram de maneira significativa. A internet cresceu a níveis astronômicos; até 2001, mais informação podia ser transmitida, por segundo, através de um único cabo, do que era enviada por toda a internet em um mês em 1997.¹¹ Essas mudanças tecnológicas tornaram as relações econômicas internacionais muito atrativas e viraram argumentos de defesa contra o retorno do protecionismo.

As mudanças tecnológicas, por si só, não podiam assegurar o comprometimento nacional com os mercados mundiais, pois o crescimento contínuo da economia internacional era importante para a integração global. Os grandes avanços tecnológicos do período entreguerras não adiaram o mergulho autárquico da década de 1930; o apelo do automóvel, da vitrola e do rádio não podia impedir o colapso da economia e dos investimentos mundiais. Durante os primeiros e, justamente, os piores anos da Grande Depressão, de 1928 a 1933, quando o comércio mundial foi reduzido pela metade, a abertura econômica não atraía ninguém ou era evidentemente perigosa. Mesmo os países que tentaram manter suas relações econômicas internacionais nadavam contra a corrente.

Apesar disso, durante as problemáticas décadas de 1970 e 1980, o comércio e as finanças internacionais cresceram mais rápido que as economias

nacionais. As economias estagnaram na década de 1970, mas o comércio mundial triplicou entre 1973 e 1979, mesmo considerando a inflação – e esses foram aumentos consideráveis. O crescimento das finanças e dos investimentos internacionais foi ainda mais surpreendente. Em 1930, os empréstimos e investimentos além-fronteiras cessaram. No entanto, do começo da década de 1970 ao início da de 1980, os novos investimentos estrangeiros de empresas multinacionais dispararam, de cerca de US\$15 bilhões para US\$100 bilhões anualmente; enquanto os empréstimos internacionais saltaram de US\$25 bilhões para algo em torno de US\$300 bilhões. Os mercados financeiros internacionais cresceram de US\$160 bilhões, em 1973, para US\$3 trilhões, em 1985. A disponibilidade de quantias impensáveis, com centenas de bilhões de dólares em empréstimos a cada ano, levou a maioria dos países a se interessar pelos benefícios da abertura econômica.

A experiência financeira internacional da América Latina na década de 1970 foi radicalmente diferente daquela dos anos 1930, quando realmente não havia investimentos novos na região, fossem provenientes de companhias multinacionais ou de financiadores internacionais. Durante os anos de crise entre o início da década de 1970 e o começo da de 1980, no entanto, os novos empréstimos internacionais para a América Latina ganharam velocidade, passando de US\$0,5 bilhão para US\$15 bilhões por ano; a dívida da região com investidores privados passou de menos de US\$30 bilhões, em 1973, para mais de US\$300 bilhões em 1983. Os novos investimentos de multinacionais na América Latina cresceram também, de US\$1 bilhão para US\$5 bilhões anuais. As condições da década de 1930 tornaram inútil manter os vínculos internacionais, já que não havia praticamente nada com o que se relacionar. Mas as tentações oferecidas na década de 1970 pela economia mundial eram mais sedutoras do que nunca nos 50 anos anteriores; elas atraíram os governos em direção à integração econômica, mesmo nas economias em desenvolvimento e nas de planejamento central, cujos compromissos com a abertura econômica eram fracas, na melhor das hipóteses.

Sozinhas, no entanto, as novas tecnologias e as prósperas transações financeiras e comerciais internacionais não seriam capazes de confrontar as ideologias, as posições políticas e os interesses há muito consolidados. Afinal de contas, desde 1945, o consenso dominante nos países menos desenvolvidos que praticavam a ISI, nas economias planificadas, semi-autárquicas e mesmo nas socialdemocracias do Ocidente industrializado era, sem dúvida, proteger-se do entusiasmo dos mercados. Os defensores do aumento significativo da integração econômica enfrentavam as mesmas velhas objeções daqueles que adotavam as restrições de mercado como meio desejável para atingir objetivos políticos e sociais.

Na década de 1980, porém, uma nova ideologia varreu o mundo. Políticos, analistas e grupos de interesses passaram a atacar o envolvimento dos governos na economia depois de gerações de aprovação. As políticas macroeconômicas preferidas desses grupos estavam unidas, com frequência, em torno da rubrica do “monetarismo”. Eles também fizeram pressões pela privatização e pela desregulamentação das empresas públicas. A corrente contra o envolvimento do Estado na economia foi associada aos governos conservadores de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e à confiança no que Reagan chamava de “a mágica do mercado”.

A nova visão tinha preceitos claros e clamava por medidas enérgicas para derrotar a inflação. Tal hostilidade estava associada ao crescente destaque dos monetaristas no meio acadêmico, que sustentava o argumento de que a única causa da elevação contínua dos preços era a impressão, por parte do governo, de mais dinheiro do que o necessário. Os monetaristas assim retomavam os argumentos pré-keynesianos de que a manipulação da oferta monetária pelo governo poderia ter no máximo um impacto positivo a curto prazo, mas no longo prazo só levaria a preços maiores. O argumento dos acadêmicos era mais sutil e as diferenças em relação ao keynesianismo menos evidentes, pois ambos os enfoques permitiam aos governos utilizar a política monetária para reduzir o impacto de eventos adversos como recessões e depressões, mas enquanto os keynesianos aceitavam o gerenciamento da macroeconomia pelo governo, monetaristas ganhadores do Prêmio Nobel, como Milton Friedman, eram contrários a esse tipo de iniciativa. Friedman, entre outros monetaristas, desejava que os governos aumentassem a base monetária somente para sustentar o crescimento econômico, em vez de usar a medida para tentar aliviar problemas econômicos temporários. Essa corrente rejeitava as frouxas políticas monetárias da década de 1970, quando os governos permitiam o crescimento da inflação por temerem que a alternativa – alto desemprego – fosse pior. Sustentava que a inflação em si era corrosiva e exigia um novo governo, comprometido em trazer a inflação para baixo.

A verve antiinflacionária estava ligada à convicção de que era possível lidar com os problemas econômicos afastando o governo da economia, em vez de impondo uma maior intervenção macroeconômica. O consenso anterior aceitava a regulamentação de programas públicos e governamentais, mas a nova visão defendia impostos menores, diminuição de gastos e menos regulamentação. Nos EUA, os que apoiavam a economia de base monetária defendiam que as reduções de impostos iriam aumentar tanto o crescimento que isso na verdade faria crescer a receita do governo, já que uma fatia menor da torta maior é melhor que uma fatia maior de uma torta menor.

O novo cenário tornava urgentes a privatização e a desregulamentação de grandes áreas da economia. Os governos do mundo industrializado vende-

ram centenas de empresas que detinham havia muitos anos – o equivalente a US\$1 trilhão em privatizações durante a década de 1990. O poder público da Europa ocidental vendeu, para novos sócios particulares, US\$400 bilhões em empresas telefônicas, usinas de aço, concessionárias de eletricidade, bancos e outras empresas. Ao mesmo tempo, revisou drasticamente seu controle sobre os empreendimentos privados. O movimento de desregulamentação teve início nos Estados Unidos, em meados da década de 1970 e, durante os dez anos seguintes, os governos Carter e Reagan cortaram em 2/3 a parcela da economia sujeita a controles regulatórios rigorosos: transportes aéreo, ferroviário e rodoviário; telecomunicações; petróleo e gás natural; bem como as finanças. Outros países industriais seguiram o caminho dos EUA, desregulamentando tudo, de companhias telefônicas e aéreas a corretagem de ações.

No fim da década de 1990, as economias industriais estavam mais livres do controle do governo do que desde a década de 1930. Isso promoveu uma extraordinária consolidação das grandes empresas privadas. No ano 2000, US\$3,5 trilhões em fusões foram anunciados ao redor do mundo, cerca de metade delas nos EUA e o restante quase todo na Europa ocidental. Isso era cerca de cinco vezes o nível de 1990, considerado o mais alto da época.¹² As fusões, antes quase sempre restritas às fronteiras nacionais, estavam se internacionalizando cada vez mais; em 2000, por volta de um quarto de todas as fusões atravessavam fronteiras. A aquisição da Mannesmann (Alemanha) pela Vodaphone (Reino Unido) por US\$203 bilhões, em 2000, envolveu a mesma quantia que todas as fusões e aquisições internacionais realizadas em 1991, 1992 e 1993 juntas.¹³

Desregulamentação e privatização eram causa e consequência das mudanças tecnológicas e da integração econômica global. As indústrias mais comumente desregulamentadas ou privatizadas – finanças, telecomunicações e transportes – passaram por grandes avanços tecnológicos, ganharam muito mais importância nos mercados globais, ou ambos. As novas tecnologias tornaram obsoletos os setores mais antigos, regulados ou controlados pelo governo, e o mercado global apresentava perspectivas promissoras para as empresas nacionais, anteriormente isoladas. No setor bancário, por exemplo, o crescente aumento da atividade financeira global das décadas de 1960 e 1970, acompanhado por rápidas mudanças técnicas, levou os governos a desregulamentar e a privatizar os sistemas financeiros nacionais nas décadas de 1980 e 1990. Os revigorados mercados financeiros, por sua vez, redobram os esforços em direção à integração internacional e à inovação tecnológica.

O novo ponto de vista, cujo nome variava – livre mercado, neoliberalismo ou ortodoxia –, adotava a austeridade antiinflacionária, cortes de impostos e gastos, privatização e desregulamentação. O “Consenso de Washington”, como

foi rotulado pelo economista John Williamson, logo se tornou o princípio para a organização da maioria das discussões sobre política econômica.¹⁴ O Consenso de Washington repercutia com força crescente no mundo em desenvolvimento, durante a luta dos países contra as crises da dívida e de crescimento dos anos 1980 e também no mundo comunista, que se afastava do planejamento central dos anos 1990. No fim do século, havia mais concordância em torno da doutrina econômica do que em qualquer outra época desde 1914. Alternativas à ortodoxia, fossem elas comunistas, radicais, desenvolvimentistas ou populistas, eram fracas ou inexistentes. Era difícil encontrar partidários do planejamento, da substituição de importações ou da ampla propriedade estatal em qualquer lugar do planeta. Havia divergências “dentro de casa” entre os pensadores voltados para o mercado, mas poucos colocavam em dúvida a superioridade geral dos mercados como mecanismos de alocação econômica.